

efetivo do fluxo de caixa, evitando o pagamento de juros moratórios; obtenção o ANVBP para prédios públicos municipais; obediência a ordem da tecnologia de pagamento; regularizar a concessão de bolsa de estudos; e de atendimento às recomendações desta E. Corte.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante registro cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

São Paulo, 5 de abril de 2021.

DIMAS RAMALHO-PRESIDENTE

RENATO MARTINS COSTA-RELATOR

#### PARECERES DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

##### PAR E C E R

TC-004543.989.19-8

Prefeitura Municipal: Mira Estrela.

Exercício: 2019.

Prefeito: Márcio Hamilton Castreghini Borges.

Advogado: Éberton Guimarães Dias (OAB/SP nº 312.829).

Procurador de Contas: Rafael Neubert Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-11.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de abril de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Mira Estrela, relativas ao exercício de 2019.

Determina, por fim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004509.989.19-0

Prefeitura Municipal: Itirapuaçu.

Exercício: 2019.

Prefeito: Rui Gonçalves.

Advogado: Alessandra Carlos (OAB/SP nº 175.922).

Procuradora de Contas: Elida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-17.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DESPESAS DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE LEGAL. NÃO HOUVE RECONDUÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 23 DA LRF. PAR E C E R PRÉVIO DESFAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de abril de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, emitir parecer prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Itirapuaçu, relativas ao exercício de 2019.

Determina, por fim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004594.989.19-6

Prefeitura Municipal: Pindorama.

Exercício: 2019.

Prefeita: Maria Inês Bertino Miyada.

Advogados: Ruy Maldonado Junior (OAB/SP nº 115.558), Vera Lucia Cabral (OAB/SP nº 119.832) e Marcelo Theodorovski Garbin (OAB/SP nº 278.806).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalização atual: UR-13.

EMENTA: PREFEITURA. CONTAS ANUAIS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL. ADVERTÊNCIAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 30 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Pindorama, relativas ao exercício de 2019.

Determina, por fim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 08 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004631.989.19-1

Prefeitura Municipal: RIVERSUL.

Exercício: 2019.

Prefeito: José Guilherme Gomes.

Procuradora de Contas: Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-16.

EMENTA: CONTAS MUNICIPAIS. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ATENDIDOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, decidir emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Riversul, relativas ao exercício de 2019.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo, ainda, a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 25 de março de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004435.989.19-9

Prefeitura Municipal: Coroados.

Exercício: 2019.

Prefeita: Terezinha Aparecida Castilho Varoni.

Advogados: Márcio Fabrício Lorenzetti (OAB/SP nº 277.388) e Sara Jacob Veiga (OAB/SP nº 394.191).

Procurador de Contas: Rafael Neubert Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-1.

EMENTA: CONTAS MUNICIPAIS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, decidir emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Coroados, relativas ao exercício de 2019.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo, ainda, a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 26 de março de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

PAR E C E R

TC-004820.989.19-2

Prefeitura Municipal: Santa Gertrudes.

Exercício: 2019.

Prefeito: Rogério Pascon.

Advogado: Victor Roncatto Piovezan (OAB/SP nº 242.595).

Procuradora de Contas: Leticia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-10.

Sustentação oral proferida em sessão de 30-03-21.

EMENTA: CONTAS MUNICIPAIS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 30 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, relativas ao exercício de 2019, conforme exposto nas respectivas notas taquigráficas, juntadas aos autos.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo, ainda, a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 08 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI-PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

PAR E C E R

TC-004669.989.19-6

Prefeitura Municipal: São Miguel Arcanjo.

Exercício: 2019.

Prefeito: Paulo Ricardo da Silva.

Procuradora de Contas: Elida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-9

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de abril de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo, relativas ao exercício de 2019.

Determina, por fim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004928.989.19-3

Prefeitura Municipal: Espírito Santo do Pinhal.

Exercício: 2019.

Prefeito: Sérgio Del Bianchi Junior.

Procurador de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Fiscalização atual: UR-19.

EMENTA: PREFEITURA. CONTAS ANUAIS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL. ADVERTÊNCIAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 30 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, relativas ao exercício de 2019.

Determina, outrossim, à margem do parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

ção competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 09 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004627.989.19-7

Prefeitura Municipal: Rifaína.

Exercício: 2019.

Prefeito: Hugo César Lourenço.

Advogado: Alessandra Carlos (OAB/SP nº 175.922).

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: UR-17.

EMENTA: PREFEITURA. CONTAS ANUAIS. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL. ADVERTÊNCIAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 30 de março de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Rifaína, exercício de 2019.

Determina, por fim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 08 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-004939.989.19-0

Prefeitura Municipal: Monte Alto.

Exercício: 2019.

Prefeito: João Paulo de Camargo Victório Rodrigues.

Advogado: Fernanda Maria da Silva (OAB/SP nº 202.087).

Amauri Izidio

Gamborato (OAB/SP nº 208.986) e César Eduardo Leva (OAB/SP nº 270.622).

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: UR-6.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PAR E C E R PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 13 de abril de 2021, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Alto, relativas ao exercício de 2019.

Determina, por fim, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as advertências constantes do voto do Relator, juntado aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras notificadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

ANTONIO ROQUE CITADINI

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

PAR E C E R

TC-00025645.989.20-3 (ref. 00004152.989.18-2) – Pedido de Reexame.

Requerente: Celeide Aparecida Floriano – Ex-Prefeita do Município de Indiana.

Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Indiana, relativas ao exercício de 2018.

Responsável: Celeide Aparecida Floriano (Prefeita).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Segunda Câmara e publicado no D.O.E. de 10-10-20.

Advogados: Claudio Rogério Malacrida (OAB/SP nº 150.890), Adriano Gimenez Suani (OAB/SP nº 137.768) e outros.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Thiago Pinheiro Lima

ITU. EXERCÍCIO: 2020- INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO PRINCIPAL: 5988.989.20.8.

Em exame, tendo adido ao contrato de gestão celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim - CEJAM, tendo por finalidade a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza – AME-ITU.

O contrato de gestão, firmado em 1/12/2020 (eTC-5989/899/20-8) foi julgado regular pela e. Segunda Câmara em sessão de 16/3/2021.

O termo de aditamento, de 17/3/2021, objetivou o desconto de recurso de custeio no mês de abril do presente exercício em virtude do não cumprimento do Indicador de Qualidade – Pesquisa de Satisfação no 4º trimestre de 2020 no AME-ITU, alterando desta forma, os dispostos nas Cláusulas Sétima, § 1º, do contrato de gestão assinado em 1/12/2020.

A matéria foi instruída pela UR-9 de Guaratinguetá cujos laudos não apontaram irregularidades que comprometessem a matéria.

PFC opinou pela regularidade do termo. MPC obteve vista dos autos.

E o relatório. Decido.

Os autos tratam de termo de aditamento firmado para o tratamento de relevante interesse social e saúde. O ajuste foi devidamente firmado nas bases do artigo 116 da Lei de Regência e julgado regular pela e. Segunda Câmara.

Não foram encontrados óbices na celebração do termo de aditamento em análise, consoante instrução levada a efeito pela fiscalização e manifestação favorável da PFE, razão pela qual julgo regular a matéria.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

Publique-se.

SENTENÇA PROFERIDA PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ANTONIO CARLOS DOS SANTOS.

O processo referido ficaria disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

PROCESSO: 000215299.989-10. CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAÚDE. CONVENIENADO(A): ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS (CNPJ 53.221.255/0001-40). ADVOGADO: ANDRÉ LUIZ DE CASTRO MORENO (OAB/SP 194.812) / MARCOS APARECIDO VILLA (OAB/SP 202.645) / BRUNO BRANDIMARTE DEL RIO (OAB/SP 209.839). INTERESSADO(A): DAVID EVERSON UFF ELOIJO VIEIRA ASSUNÇÃO FILHO. ASSUNTO: CONVENIO Nº 017 de 25/02/2015. PROCESSO Nº: eTC - 2145/899/15-8. PROCESSO Nº (ORIGEM): 001-0215-000406/2015. VIGÊNCIA: de 25/02/2015 a 24/02/2016. FONTE DE RECURSOS: Estadual. EXERCÍCIO: 2015. INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO PRINCIPAL: 2145.989.15-8.

Em exame, prestação de contas do exercício de 2015, no montante de recursos de R\$ 5.158.215,88, já incluídos ganhos com aplicação financeira, decorrente de conteúdo, firmado pela Secretaria de Estado da Saúde com a Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus - JACI, para promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de Assistência à Saúde prestada aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio (Material de Consumo e Prestação de serviços por Terceiros e Equipe Multidisciplinar), conforme Plano de Trabalho.

A fiscalização apontou contraditórios, dentre eles: i) a entidade de conveniada apresentou relatório sobre as atividades desenvolvidas, porém o documento não permite identificar quais atividades ocorreram com as verbas públicas repassadas à conta do Convênio no exercício examinado e tampouco encaminhou comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados; ii) despesas com pessoal correspondeu a 80,76% do total de despesas de custeio; iii) a ausência do comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados prejudicou a verificação do atingimento das metas do convênio; iv) inconsistência de valores indicados no parecer conclusivo, quando comparados com os indicados no DIRD; v) não foi possível verificar se os recursos foram devidamente movimentados em conta corrente específica aberta em instituição financeira pública e se o saldo bancário em 31/12/2015 está devidamente registrado no Balanço Patrimonial, em razão da ausência dos extratos bancários e outros documentos; vi) não foi disponibilizada a amostra das despesas solicitada, impedindo a análise da regularidade das despesas; vii) as peças contábeis da conveniada foram apresentadas de forma consolidada e parte dos documentos ilegíveis, restando prejudicada a verificação da fidelidade das informações contábeis das receitas e das despesas, especificamente quanto ao convênio em análise.

A SES compareceu aos autos com documentos e justificativas, sustentando, em síntese, a regularidade da matéria. Dentre os documentos, acostou novo parecer conclusivo, acompanhado do Anexo RP-17, demonstrando a regularidade das despesas, relatório governamental e comprovante de devolução do valor de R\$ 11.136,75.

A entidade, por sua vez, asseverou que o relatório governamental e o parecer conclusivo evidenciam o integral cumprimento do pactuado; que, o plano de trabalho tinha como escopo, de forma genérica, material de consumo, prestação de serviços por terceiros e equipe multidisciplinar para custeio do desenvolvimento das ações e serviços de assistência aos atendimentos humanizados prestados aos usuários do SUS (198 pacientes neurológicos crônicos).

Resaltou que: i) em face da complexidade dos atendimentos e da crescente demanda, a meta não condizia com a realidade, assim, o custo de pessoal na realidade era muito maior que o previsto, o que pode ter resultado em um aumento dos gastos com pessoal; ii) para assegurar o atendimento aos pacientes e atingir 100% das metas, foi necessário remanejamento de despesas; iii) apesar de não se conseguir vislumbrar o integral cumprimento das metas, as metas foram atingidas.

Afirmou que toda a documentação foi entregue ao DRS e que no site oficial há direcionamento ao Portal da Transparência onde consta toda a documentação, e que a DRS apresentou o relatório governamental expondo as metas qualitativas/quantitativas e os resultados alcançados.

ATI, sob o enfoque econômico-financeiro, endossada por sua Chefia, entendeu que a maioria da documentação foi acrescida, considerando como relevante a extrapolação das despesas com recursos humanos e passível de recomendação a entrega impositiva da prestação de contas.

PFE ondoçou o parecer da ATI, manifestando-se pela regularidade da prestação de contas.

MPC obteve vista dos autos.

E o relatório. Decido.

Consigna-se, inicialmente, que não houve questionamento acerca da correta aplicação dos recursos pela entidade.

Quanto aos aspectos de responsabilidade do SES, tratou o órgão de acostar a documentação faltante, incluindo o novo parecer conclusivo com as retificações necessárias, assim como o respectivo relatório governamental.

Quanto ao limite de gastos com pessoal, é importante que os partícipes do convênio se atentem ao entendimento desta Corte sobre o tema, a teor da decisão proferida pelo Conselho Dimas Eduardo Ramalho, nos autos do TC-26280/026/15, sessão da e. Segunda Câmara de 04/02/2020, que julgou regular, com recomendação, a prestação de contas da Associação Congregação de Santa Catarina decorrente de contrato de gestão firmado com a SES, sendo vejamos:

"2.2. O limite para despesas de pessoal previsto no Contrato de Gestão vem sendo seguidamente superado, tendo

sido constatado nas prestações de contas anteriores (TC 016068/026/11, TC-018594/026/12).

Após análise a Prestação de Contas do exercício de 2010 (TC-016068/026/11), o Relator, Conselheiro Sidney Beraldo, já recomendava às partes interessadas:

"Outra questão que demanda acerto por parte dos responsáveis é a apuração do limite de gastos com pessoal. Contratante e organização social contratada alegaram que os serviços médicos terceirizados não compõem o limite de 70% de gastos com pessoal, estabelecido em contrato. Ora, se a própria entidade alega que contrata serviços médicos por pessoa jurídica pela dificuldade de contratar diretamente os profissionais, não há como se desvincular tais despesas do total de gastos com pessoal, para fins de cálculo do limite avençado. No entanto, a apuração dos gastos com pessoal, incluídos os serviços médicos contratados, resultaram em 75,84% dos gastos, segundo levantamento pela Fiscalização à fl. 61, apenas 5,84% acima do traçado, não representando desvirtuamento das diretrizes de gestão previstas em contrato. Assim, advirto os responsáveis para que promovam a adequação do cálculo de limite de pessoal e demais providências gerenciais necessárias, ou mesmo, dos termos contratuais".

Desta feita, haverá de se recomendar, com base em precedentes desta Corte, aos convenientes que, doravante, passem a observar o limite de gastos com pessoal na forma como contratado, com a inclusão dos dispêndios realizados com prestadores de serviços, sob pena de reprovação das próximas prestações de contas.

Necessária, ainda, para os próximos exercícios, uma revisão quanto ao planejamento das metas a serem atingidas, de forma que sejam balizadas em exercícios anteriores, em especial quanto aos materiais de consumo necessários, bem como, das especialidades médicas mais demandadas, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com a real necessidade local.

Assim é que, julgo regular a prestação de contas, exercício de 2015, quitando-se os responsáveis, decorrente dos recursos repassados pela Secretaria de Estado da Saúde à Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus - JACI, sem prejuízo das recomendações sobre a necessidade de controle do limite com gastos de pessoal, bem como, da necessidade de redimensionamento das metas assistenciais.

As Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO: TC-00008945.989-21-8 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI RESPONSÁVEIS: LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO - PREFEITO À ÉPOCA ROSEMARY APARECIDA GHIRALDI SIMONATO - COORDENADORA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS À ÉPOCA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 253/2015 INTERESSADOS: MILENA MENARDI E OUTROS EXERCÍCIO: 2020 ADVOGADOS: ROBERTA KANDAS DE MEIROZ GRILLO OAB/SP 97.509 ALEXANDRE HISAO AKITA - OAB/SP 136.600 ALBERTO SHINJI HIGA - OAB/SP 154.818 EDUARDO RIBEIRO PAGLIARDE - OAB/SP 287.970 LUIS CARLOS GERMANO COLOMBO - OAB/SP 307.325 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR 03

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se. PROCESSO: TC-00009658.989-21-5 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE RESPONSÁVEIS: JOSÉ CESAR MONTANARI - PREFEITO À ÉPOCA REINALDO SAVAZI - PREFEITO À ÉPOCA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016 INTERESSADO: LUCIANA APARECIDA PEREZ E OUTROS EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE FERNANDOPOLIS - UR 10

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se. PROCESSO: TC-00009873.989-21-4 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA RESPONSÁVEIS: MARCO ANTONIO MARCHI - PREFEITO À ÉPOCA JULIANA ALEIXO MANTOVANI - PREFEITO À ÉPOCA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 INTERESSADOS: FLÁVIO RANZANI NETO E OUTROS EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS - UR 03

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

PROCESSO: TC-00010187.989-21-5 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL RESPONSÁVEL: LUIZ VANDERLEI MAGNUSSEN - PREFEITO À ÉPOCA EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL SUBSEQUENTE - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 INTERESSADOS: DANIELE SILVA MARTINS MESQUITA E OUTRA E OUTRA EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAARÁ - UR 10

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

PROCESSO: TC-0001085.989-21-4 ORGAO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE CANDIDO RODRIGUES RESPONSÁVEL: VICTOR FERNANDO MUSSIO MATIAS: PENSAO EXERCÍCIO: 2020 EX-SERVIDOR: IRENE PEREIRA DA SILVA BENEFICIÁRIA: ALCIO PERES DA SILVA INSTRUÇÃO: DF-07 / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAL o ato concessório de pensão mensal em exame e determino o consequente registro nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando ao Instituto de Previdência do Município de Cândido Mota que instrua os futuros atos de pensão com o Termo de Ciência e Notificação, bem como com a declaração de não acúmulo de benefício, ou sua conformidade com o art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

## SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇAS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS  
PROCESSO: TC-00009761.989-21-9 ORGAO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI ADVOGADO: ROBERTA KANDAS DE MEIROZ GRILLO (OAB/SP 97.509) / ALEXANDRE HISAO AKITA (OAB/SP 136.600) / ALBERTO SHINJI HIGA (OAB/SP 154.818) / EDUARDO RIBEIRO PAGLIARDE (OAB/SP 287.970) / LUIS CARLOS GERMANO COLOMBO (OAB/SP 307.325) RESPONSÁVEIS: LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO - PREFEITO MUNICIPAL ROSEMARY APARECIDA GHIRALDI SIMONATO - COORDENADORA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL (SUBSEQUENTES) - EDITAL Nº 251/2015. EXERCÍCIO: 2020 INTERESSADOS: KELI CRISTINA AGNOLETI E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS / DSF-1

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no inciso III, do artigo 33, da Constituição Estadual, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico](http://www.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico), mediante regular cadastramento.

Publique-se. PROCESSO: TC-00019709.989-18-0 ORGAO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAQUARITINGA RESPONSÁVEL: LEDA MARIA ZANARDI MIGUEL - DIRETORA REGIONAL DE ENSINO À ÉPOCA MARISTELA GALLO - DIRETORA REGIONAL DE ENSINO ATUAL JOSE RENATO NALINI - SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO À ÉPOCA ADVOGADO: JOÃO BATISTA DE FREITAS NALINI (OAB/SP 334.828) ROSSIELI SOARES DA SILVA - SUPERINTENDENTE DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ATUAL BENEFICIÁRIA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE TAQUARITINGA ADVOGADO: VALDIR SEBASTIAO SILVA TIEZI (OAB/SP 253.495) RESPONSÁVEIS: FABIO RICARDO DA COSTA - PRESIDENTE MATÉRIA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO VALOR: R\$ 394.061,75 EM EXAME: Contratos de Gestão/Termos de Parceria/Convênios/Colaboração/Fomento - Valor Inferior - INDIVIDUAL (DSF-1) EXERCÍCIO: 2016 INSTRUÇÃO: UR-13 ARAARAQUARA

EXTRATO: Pelos argumentos expostos na sentença, JULGO REGULAR, com balizas no artigo 33, inciso I c/c artigo 34 da Lei Complementar Paulista nº 709/93, a prestação de contas em exame neste feito, dando, por conseguinte, quitação aos responsáveis. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (eTCESP), na página [www.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico](http://www.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico), mediante regular cadastramento.

Publique-se. PROCESSO: TC-00010513.989-21-0 ORGAO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE TAQUARITINGA - IPREM ADVOGADO: NADIA ASSIS BATISTETTI LIMA (OAB/SP 378.255) RESPONSÁVEIS: APARECIDA LUZIA GIROTTO - SUPERINTENDENTE (PERÍODO: 23/08/2020 A 31/12/2020) ARISTEU DE CAMPOS SILVA - SUPERINTENDENTE (PERÍODO: 01/01/2020 A 03/04/2020) MIQUELES JOSÉ SOBRAL - SUPERINTENDENTE (PERÍODO: 13/04/2020 A 15/09/2020 EM EXAME: APOSENTADORIA EXERCÍCIO: 2020 EX-SERVIDORES: ADAIL JOSÉ TRESSE E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARAARAQUARA / DSF-1

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com supedâneo na Constituição Federal, art. 73, § 4º e na Resolução TCSP nº 03/2012, JULGO LEGAIS as aposentadorias em exame e determino os consequentes registros nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – eTCESP, na página [www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico](http://www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico), mediante regular cadastramento.

Publique-se. PROCESSO: TC-00010575.989-21-5 ORGAO: FUNDACAO EDUCACIONAL GUACIANA RESPONSÁVEL: BRUNO FRANCO DE ALMEIDA - PRESIDENTE EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL (SUBSEQUENTES) - EDITAL Nº 01/2017. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADO: ANDRÉ LUIZ FELIPIN INSTRUÇÃO: UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARAARAS / DSF-1

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no inciso III, do artigo 33, da Constituição Estadual, combinado com o inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 1993, JULGO LEGAL o ato de admissão em exame e determino os registros pertinentes. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico](http://www.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico), mediante regular cadastramento.

Publique-se. PROCESSO: TC-00010638.989-21-0 ORGAO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE TAQUARITINGA - IPREM ADVOGADO: NADIA ASSIS BATISTETTI LIMA (OAB/SP 378.255) RESPONSÁVEIS: APARECIDA LUZIA GIROTTO - SUPERINTENDENTE ATUAL ARISTEU DE CAMPOS SILVA - SUPERINTENDENTE (PERÍODO: 01/01/2020 A 03/04/2020) MIQUELES JOSÉ SOBRAL - SUPERINTENDENTE (PERÍODO: 13/04/2020 A 15/09/2020) EM EXAME: PENSÃO MENSAL EXERCÍCIO: 2020 EX-SERVIDORES: FABIANA CRISTINA FIDELIS E OUTROS BENEFICIÁRIOS: JOSÉ ALFREDO VERDEIRO E OUTROS INSTRUÇÃO: UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARAARAQUARA / DSF-1

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento nos artigos 73, § 4º da Constituição Federal, 33, inciso III da Constituição Estadual e na Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, JULGO LEGAIS as pensões em exame neste feito e determino os consequentes registros, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – eTCESP, na página [www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico](http://www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico), mediante regular cadastramento.

Publique-se.

## SENTENÇA DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELLI

SENTENÇAS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELLI  
Processo: TC-002263/989/18. Interessado: Departamento de Água e Esgoto de Americana - DAE - AMERICANA. Município: Americana. Matéria em Exame: Balanço Geral - Contas do exercício de 2018. Dirigente: Carlos Cesar Gimenez Zappia - Diretor Geral à época. Instrução: UR-3 Campinas / DSF-1. Advogados: Júlio César Machado, OAB/SP nº 330.136; Daniela Fernandes, OAB/SP nº 202.802.

EXTRATO: Proto lido e, nos termos do art. 73, § 4º, da Constituição Federal, c/c Parágrafo único do art. 34 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 979/2005 e Resolução TCESP nº 02/2021, JULGO IRREGULARES as contas do exercício de 2018 do Departamento de Água e Esgoto de Americana - DAE - AMERICANA, conforme artigo 33, inciso III, alíneas "b" e "c", e, c/c § 1º da Lei Complementar Estadual nº 709/93, APARECIDA LUZIA GIROTTO, por via de consequência, o disposto nos incisos XIV e XV da Resolução nº 1/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – eTCESP, na página [www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico](http://www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico), mediante regular cadastramento.

Publique-se.

mentos com horas extras. Esta decisão deverá ser comunicada ao subscritor do ofício encaminhado a este Tribunal de Contas mediante o Expediente nº TC-20050/899/18 referido aos presentes autos. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

PROCESSO: TC-008666/989/21 ORGAO: Prefeitura de Múrcia de Lins Responsáveis: LUIZ CARLOS Scarpioni Zamboloni, Prefeito à época ASSUNTO: Admissão de Pessoal e Concurso nº 02/2018 INTERESSADOS: Guarda Municipal: Marcos Roberto da Silva e Decio Bueno EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO: UR-19 Mogi Guaçu / DSF-1

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins de disposto no inciso V do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

## SENTENÇA DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

SENTENÇAS DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO  
PROCESSO: 00001922.989-18-1 CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO - UNESP - REITORIA (CNPJ 48.031.918/0001-24) RESPONSÁVEL: LEONARDO THEODORO BULL (CPF 867.169.218-34) - Pró-Reitor de Planejamento Estratégico e Gestão CONTRATADO(A): BINÁRIO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA (CNPJ 07.384.807/0004-67) RESPONSÁVEIS: ELINTON CUNHA LAZZURI - DIRETOR GERAL E MARCELO ANTONIO VASSALO BERNARDES - DIRETOR FINANCEIRO. EM EXAME: Pregão Eletrônico nº 37/2017-RUNESP e o Contrato nº 27/2017-RUNESP, assinado em 29.12.2017, pelo prazo de 36 meses OBJETO: Aquisição de solução de segurança para a rede local de computadores a serem instalados na borda da UNESPNET com internet, incluindo a prestação de serviços de instalação, garantia e suporte técnico. VALOR: R\$ 703.741,03 INSTRUÇÃO POR: DF-04 (Atual DF-03) PROCESSOS(O) DEPENDENTE(S): 00006056.989.19-9

PROCESSO: 00006056.989.19-9 CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO - UNESP - REITORIA (CNPJ 48.031.918/0001-24) CONTRATADO(A): BINÁRIO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA (CNPJ 07.384.807/0004-67) INTERESSADO(A): LEONARDO THEODORO BULL (CPF 867.169.218-34) ASSUNTO: ATENDIMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL INSTRUÇÃO POR: DF-04 (Atual DF-03) PROCESSO PRINCIPAL: 1922.989.18-1 ADVOGADOS: GERALDO MAJELA PESSOA TARELLINI (OAB/SP 77.852) / EDSON CESAR DOS SANTOS CABRAL (OAB/SP 79.396) / LAIS MARIA DE REZENDE PONCHIO (OAB/SP 88.029) / PAULO CESAR FERREIRA (OAB/SP 104.283) / MARCO AURELIO BARBOSA CATALANO (OAB/SP 166.237) / MELISSA CLAUDIA DE FALCHI TOMASINI (OAB/SP 180.989-24) ROSANGELA JOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667) / (OAB/SP 353.879) PFE: Dra. Jéssica Helena Rocha Vieira Couto - Procuradora do Estado MP: Ato Normativo nº 006/14 - PGC, D.O.E. de 08.02.2014

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença proferida, e dentro das atribuições dispostas na Constituição do Federal, artigo 73, §4º, e na Resolução nº 02/2021, publicada no DOE em 17.04.2021, que deu nova redação ao artigo 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, JULGO regulares a Licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 037/2017-RUNESP, do tipo menor preço, o Contrato nº 027/2017-RUNESP, assinado em 29 de setembro de 2017, no valor de R\$ 703.741,03, e o Acompanhamento da Execução Contratual tratado no processo eTC-6056.989.18. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral do processo poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

PROCESSO: TC-00002337.989-17-2 ORGAO: LEME PREVIDÊNCIA - LEMEPREV RESPONSÁVEIS: CLAUDIA NANCY MONZANI GONCALVES DA SILVA GERSIANE GOMES BARBOSA EXERCÍCIO: 2017 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício INSTRUÇÃO: UR-10/DSF-1 ADVOGADOS: JOAO VITOR BARBOSA (OAB/SP 247.719) / JOSE CARLOS LOUI JUNIOR (OAB/SP 269.337) / JIANINE DE LIMA FREITAS SANTANA (OAB/SP 327.266) / (OAB/SP 379.631) / (OAB/SP 393.529) / CAROLINNE LEME DE CASTILHO (OAB/SP 405.816) MPC: DR. JOSÉ MENDES NETO

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença proferida, JULGO REGULARES as contas do Instituto de Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leme - Leme Previdência - LEMEPREV, relativas ao exercício de 2017, com fundamento no artigo 33, I, da Lei Complementar nº 709/93, dando-se quitação aos responsáveis, nos termos do artigo 34 do referido diploma legal, executando-se os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

PROCESSO: TC-000335.989.19-09 ORGAO: Fundo Municipal de Seguridade Social de Orindiva - ORINDIPREV MUNICIPIO: Orindiva RESPONSÁVEL: Marli Borges dos Santos Barbosa - Presidente ASSUNTO: Balanço Geral do Exercício EXERCÍCIO: 2019 ADVOGADO: Douglas de Moraes Norberto - OAB/SP nº 217.149 MPC: Ato Normativo 06/14 - PGC INSTRUÇÃO: UR-8 / DSF-1

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença proferida, JULGO REGULARES os balanços anuais de 2019 do Fundo Municipal de Seguridade Social de Orindiva - ORINDIPREV, conforme artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando que constem nas atas das reuniões do Conselho Administrativo maior nível de detalhamento das deliberações sobre os investimentos, bem como que a entidade promova ajustes para equacionamento do déficit atuarial, com objetivo de garantir o pagamento dos benefícios previdenciários e a viabilidade da própria instituição ao longo dos exercícios. Quanto a responsabilidade, Sr. Marli Borges dos Santos Barbosa - Presidente, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal, determinando a adoção de medidas necessárias a correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a reincidência das falhas noticiadas nos autos e não afastadas. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.

PROCESSO: TC-008666/989/21 ORGAO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Lindsia RESPONSÁVEIS: Luiz Carlos Scarpioni Zamboloni - Ex-Prefeito Luciano Francisco de Godoli Lopes - Prefeito ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Concurso Público (admissões subsequentes) INTERESSADOS: Farmaceutico: Christiane Massari Gigliotti; Técnico em Enfermagem: Teresinha de Fatima Vilas Boas Vidotti EDITAL: 01/2016 EXERCÍCIO: 2020 MUNICIPIO: Lindsia MP: Ato Normativo nº 006/14 - PGC INSTRUÇÃO: UR-19/DSF-1

CÓPIA